



Número: **0815333-08.2018.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **10/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELVIRA MOURA DOS SANTOS (AUTOR)		LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54104378	16/03/2020 10:17	Sentença	Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

Processo nº: 0815333-08.2018.8.20.5106

AUTOR: ELVIRA MOURA DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA DPVAT

S E N T E N Ç A

Trata-se de Ação de Cobrança proposta por ELVIRA MOURA DOS SANTOS, qualificado(a) na exordial, em face de SEGURADORA DPVAT, igualmente qualificado(a).

Em despacho de ID nº 49614507, foi determinado à parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda da inicial, juntando nos autos, sob pena de indeferimento, procuração válida, eis que a que se encontra nos autos não satisfaz tal requisito.

Intimada, através de seu patrono, este informou o falecimento da autora. Sem, contudo, juntar aos autos certidão de óbito.

É o relatório. Passa-se à fundamentação e decisão.

A peça inicial, para ser admitida, deverá atender os requisitos constantes dos arts. 319 e 320, do Código de Processo Civil, quais sejam: a) o juiz a que é dirigida; b) os nomes, prenomes, estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; c) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; d) o pedido com as suas especificações; e) o valor da causa; f) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; g) a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

Já o art. 320 do CPC estabelece: "*Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.*"

Por documentos indispensáveis ao ajuizamento da ação se entende como sendo aqueles imprescindíveis para ser tutelado o direito material que se postula, representando verdadeiros "pressupostos" à ação, acarretando a sua não apresentação a inadmissão da ação.

Destarte, prescreve o art. 330, inciso IV, do CPC: "*Art. 330. A petição inicial será indeferida quando: (...) IV – não atendidas as prescrições dos arts. 106 e 321.*"

Por seu turno, estabelece o art. 321, parágrafo único, do aludido Diploma Legal:



“Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.”

No caso, observa-se que a parte autora não instruiu a inicial com todos os documentos indispensáveis à propositura da ação, qual seja, procuração válida e regular, ante a ausência da assinatura de duas testemunhas por se tratar de procuração outorgada por analfabeto, conforme dispõe o art. 595, do Código Civil:

"Art. 595. No contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas."

Diante do descumprimento legal, ante a ausência de instrumento procuratório válido, nos termos do art. 595, CC, não há que se falar em representação processual nos autos.

Intimado para emendar a inicial, o advogado restou impossibilitado diante da notícia do falecimento. No entanto, não juntou aos autos a certidão de óbito da autora. De todo modo, não se desincumbiu do dever processual.

A referida ausência nos autos fere o disposto nos arts. 320 c/c 321, do CPC. Assim, mister se faz o indeferimento da inicial.

ISTO POSTO, com fulcro nos arts. 320, 321, parágrafo único e 330, IV do Código de Processo Civil, **indefiro a petição inicial**.

Sem custas em razão da gratuidade judiciária (Lei Estadual 9.278/09, art. 38, I), e sem honorários, uma vez que a relação processual não se completou.

Expeça-se alvará em favor da promovida, devolvendo-a o valor depositado nos autos a título de pagamento de honorários periciais (ID nº 49187770), tendo em vista a não realização da perícia.

Transitada em julgado, archive-se com a respectiva baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Mossoró/RN, 13 de março de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

